



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640025 - MA (2021/0012624-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
ANTONIO PETERSON BARROS REGO LEAL - MA007863
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : LUCAS PATRICIO DA SILVA FRASAO (PRESO)
CORRÉU : FRANCIVALDO XAVIER SOUZA JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS PATRICIO DA SILVA FRASÃO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (Apelação n. 0012274-13.2018.8.10.0001).

O paciente foi condenado "à pena de 05 (cinco) anos de reclusão em regime semiaberto" (fl. 12) pelo crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, entendimento mantido pelo tribunal com o desprovimento da apelação.

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto que não há fundamentação idônea para o afastamento do causa de diminuição de pena configuradora do tráfico privilegiado.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para reconhecimento da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Tóxicos em seu patamar máximo de 2/3 (dois terços).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de

plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC n. 610.950/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 18/12/2020), o que torna sua análise durante o plantão, em princípio, inadequada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência